

O “novo” rural do Rio Grande do Norte revisitado¹

*Joacir Rufino de Aquino²
Carlos Alves do Nascimento³*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as características e a evolução dos tipos de ocupação e renda da população e famílias residentes no meio rural do estado do Rio Grande do Norte (RN), entre 2002 e 2009. Para tanto, utiliza informações empíricas derivadas do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Corroborando os resultados de estudos realizados nos anos 1990, o trabalho demonstra que no limiar do século XXI a dinâmica demográfica do rural potiguar não está mais estritamente vinculada às atividades agropecuárias. Isso porque, ao invés do lugar exclusivo de trabalho e moradia de agricultores e pecuaristas, o campo potiguar está cada vez mais povoado por habitantes ocupados em atividades não agrícolas ou por pessoas que simplesmente escolheram este espaço como local de residência. Longe de se resumir apenas a um fenômeno passageiro, as evidências apresentadas sinalizam a configuração de uma mudança estrutural na pirâmide ocupacional do rural norte-rio-grandense, ensejando a necessidade de

¹ Este artigo foi apresentado originalmente no 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), realizado em João Pessoa, PB, de 26 a 29 de julho de 2015. A base de dados trabalhada na presente versão, contudo, foi integralmente atualizada a partir da nova metodologia adotada pelo IBGE para o cálculo do fator de expansão (peso) das PNADs (IBGE/SIDRA, 2015).

² Mestre em Economia Rural e Regional (UFPG). Professor Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

³ Doutor em Economia Aplicada (UNICAMP). Professor do programa de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: carlos.nascimento@ufu.br.

novas perspectivas analíticas e de políticas públicas integradas que extrapolem as visões setoriais dos problemas agrários.

Palavras-chaves: Atividades não agrícolas. Nordeste. Novo rural. Pluriatividade. Semiárido.

The “new” rural of Rio Grande do Norte revisited

Abstract: This paper analyzes the characteristics and the evolution of the types of employment and income of the population and families living in rural areas of Rio Grande do Norte (RN) between 2002 and 2009. Therefore, uses empirical information derived from the processing of microdata the National Research by Household Sample (PNAD/IBGE). Corroborating the results of studies conducted in the 1990s, the work shows that in the XXI Century threshold demographic dynamics of rural potiguar is no longer strictly linked to agricultural activities. This is because, rather than the unique work place and housing of farmers and ranchers, the RN field is increasingly populated by people engaged in non-agricultural activities or people who simply chose this space as a place of residence. Far from being just as a passing phenomenon, the evidence presented indicates the existence of a structural change in the occupational pyramid of north rio grande rural, allowing for the need of new analytical and integrated public policy perspectives that go beyond sectoral visions of agrarian problems.

Keywords: Nonagricultural activities. Northeast. New rural. Pluriactivity. Semiárid.

Introdução

O meio rural brasileiro tem passado por profundas transformações a partir do final do século XX. O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação está tornando as fronteiras entre o campo e a cidade cada vez mais difíceis de identificar. A base produtiva das áreas rurais está ficando mais complexa e, ao lado das lavouras e das atividades criatórias, prolifera um amplo conjunto de outras atividades ligadas aos setores industriais, de comércio e de serviços. Por tudo isso, segundo Graziano da Silva (1999, 2001), já não se pode caracterizar as áreas rurais do Brasil como exclusivamente agrícolas.

Na visão desse autor, existe um “novo rural” nacional que apresenta como marca principal a heterogeneidade socioeconômica. Nele, além dos produtores agrícolas do chamado agronegócio e de outras categorias sociais, desponta um número crescente de famílias pluriativas e não agrícolas. Tal fenômeno tem se verificado em todos os espaços territoriais do país, indicando que as atividades agrícolas tradicionais já não são mais as únicas alternativas disponíveis de geração de ocupação e renda para as famílias rurais.

De fato, no Sudeste e no Sul a pluriatividade, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros de uma mesma família, é um fenômeno recorrente. Por outro lado, boa parte das famílias dessas regiões está se dedicando exclusivamente a atividades não agrícolas, embora residam em áreas consideradas rurais pelos critérios normativos estabelecidos. É importante destacar, para evitar erros de interpretação, que as novas configurações do espaço rural não se manifestam apenas nos territórios mais dinâmicos do país (DEL GROSSI, 1999; ESCHER et al., 2014; NASCIMENTO, 2008, 2009; LIMA; NEDER, 2009; SCHNEIDER, 2003).

Nos anos 1990, de acordo com informações do Projeto Rurbano⁴, algo em torno de 20% das famílias rurais nordestinas estavam ocupadas em atividades não agrícolas (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000). Couto Filho (2000) explica, contudo, que a dinâmica do processo em espaços geográficos periféricos apresenta características particulares. Para ele, na faixa litorânea e nas proximidades dos polos de modernização nordestinos, estaria de configurando um “novo mundo rural desenvolvido”. Já nas áreas mais afastadas dos centros urbanos, localizadas no miolão do semiárido, onde se concentrava a maioria da população rural nordestina, conformava-se um “novo mundo rural atrasado”, onde as famílias estavam desocupadas ou envolvidas em atividades precárias, seja na esfera agrícola ou não agrícola.

⁴ Trata-se de um projeto temático, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da UNICAMP, que, a partir do final dos anos 1990, realizou análises sobre as transformações no emprego rural particularmente em 11 estados do Brasil (Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). A maior parte dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores do referido Projeto, em suas diferentes fases, encontra-se disponível nas coletâneas organizadas por Campanhola e Graziano da Silva (2000, 2004).

Com efeito, em que pese a importância dos vários estudos realizados nas demais unidades federativas, o caso mais emblemático identificado pela equipe do Projeto Rurbano na região Nordeste foi o do Rio Grande do Norte. Isso porque, além de São Paulo, esse estado foi o único que apresentou em sua área rural, ainda em meados dos anos 1990, um número maior de famílias ocupadas em atividades não agrícolas do que em atividades agrícolas. A descoberta do “novo” rural potiguar, apresentado originalmente por Gomes da Silva (2000), causou grande repercussão no meio acadêmico da época, especialmente no âmbito das instituições universitárias norte-rio-grandenses.

Ressalte-se que, apesar de sua relevância analítica, a tese de um “novo” rural no RN não conquistou um consenso entre os pesquisadores do tema nessa unidade federativa. Atualmente, percebe-se que alguns analistas voltados ao estudo da geografia e da economia estadual simplesmente tem ignorado tal fato e focalizado seus olhares unicamente na dinâmica das atividades agropecuárias (ALBANO, 2013, 2015; AZEVEDO, 2013; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009; LOCATEL, 2013; PEREIRA JR.; MATOS FILHO, 2009).

Ademais, advoga-se com frequência que os achados encontrados por Gomes da Silva (2000) deviam-se, principalmente, a uma questão operacional do IBGE, haja vista que a coleta de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ocorre no mês de setembro de cada ano, período em que as atividades agrícolas de sequeiro estão em baixa em todo o Nordeste. Já outro grupo de críticos buscou demonstrar, no âmago das discussões, que a predominância de atividades não agrícolas no rural do RN era um fenômeno meramente conjuntural, decorrente das sucessivas secas que atingiram o estado nos anos 1990⁵, abalando suas atividades agropecuárias que se constituem nas fontes tradicionais de ocupação.

Mas, afinal, qual tem sido a tendência demográfica da população rural norte-rio-grandense no início do século XXI? Existe realmente

⁵ Na década de 1990 foram registrados ao menos cinco anos de seca no RN (1990, 1993, 1997, 1998 e 1999). Já nos anos 2000, período analisado no presente artigo, a situação se estabilizou e as chuvas ficaram dentro da normalidade na maior parte dos municípios, sendo o inverno ocorrido em 2009 um dos mais chuvosos registrado na história recente do estado (NEVES; MELO; SAMPAIO, 2011).

um “novo” rural potiguar, onde as famílias do campo não estão mais ligadas unicamente às atividades agropecuárias, ou a realidade verificada por Gomes da Silva (2000) foi apenas uma situação passageira associada a fatores conjunturais do final do século XX?

Partindo desses questionamentos, o objetivo desse artigo é analisar as diferentes formas de ocupação e renda da população residente no meio rural do RN no período de 2002 a 2009. A hipótese central sustentada na investigação é que durante a década de 2000, mesmo com invernos regulares, a ocupação em atividades agropecuárias já não responde mais pela dinâmica demográfica da população rural estadual, que se mantém estabilizada graças a pluriatividade e as fontes de ocupação e renda não agrícolas.

A estrutura do texto está dividida em mais duas seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na segunda seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para tipificar as famílias residentes nas áreas rurais norte-rio-grandenses a partir dos dados das PNADs, bem como a técnica estatística adotada para verificar o comportamento da série estatística estudada. Já a terceira seção é dedicada à descrição e análise dos dados compilados na pesquisa, buscando reunir as evidências necessárias para embasar as reflexões empreendidas sobre o tema abordado.

Metodologia

As informações que serão analisadas neste estudo foram organizadas objetivando identificar os tipos e subtipos de famílias residentes nas áreas rurais do RN a partir da ocupação de seus membros. As famílias foram classificadas, em primeiro lugar, segundo a posição na ocupação: empregadora, conta-própria, trabalhadores empregados e não ocupados, na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.⁶

⁶ A base de dados utilizada para a construção da tipologia aqui adotada é oriunda dos microdados das PNADs devidamente atualizados conforme os novos critérios de “reponderação” adotados pelo IBGE/SIDRA (2015). As informações dessa pesquisa amostral são obtidas pelos técnicos do IBGE tomando como período de referência para a coleta das informações a última semana do mês de setembro de cada ano civil.

A metodologia de construção dos tipos de famílias deixa de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise adotada são as “famílias extensas”, que compreendem, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.⁷

As famílias extensas, de acordo com a posição de seus membros na ocupação, foram classificadas em quatro categorias:

- i) se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal (*família empregadora*), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procedeu-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família;
- ii) na ausência de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria (*família de conta-própria*) se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros;
- iii) em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como *família de assalariados*, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como assalariado, uma atividade agrícola ou não agrícola na semana de referência da PNAD; e
- iv) no caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como *família de não ocupados*.

Para cada posição na ocupação referida, as famílias extensas foram subdivididas segundo o ramo de atividades em que seus membros estavam envolvidos (agrícolas, não agrícolas e pluriativas), conforme os critérios descritos a seguir:

⁷ Os critérios de agrupamento empregados seguem a metodologia utilizada originalmente nos trabalhos do Projeto Urbano. Os fundamentos teóricos dessa escolha metodológica, por sua vez, encontram-se sistematizados em Mattei (2007).

- i) as *famílias agrícolas* são aquelas em que pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas – e nenhum outro ocupado em atividades não agrícolas – como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa (normalmente a última ou a penúltima semana de setembro de cada ano);
- ii) foram consideradas *famílias não agrícolas*, em contraste com os critérios anteriores, às que pelo menos um de seus membros exercia atividades não agrícolas – e nenhum outro estava ocupado em atividades agrícolas; e
- iii) classificou-se como *famílias pluriativas* aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e pelo menos um outro exercia uma atividade não agrícola.

O período de análise refere-se a primeira década do século XXI, mas optou-se por priorizar o espaço de tempo compreendido entre 2002 e 2009. O ano de 2001 não foi utilizado na composição da série estatística elaborada porque a partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)/Domiciliar (antes de 2002 apenas CBO) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)/Domiciliar (antes de 2002 apenas CNAE), passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Essa alteração acarretou profundas divergências entre vários tipos de atividades que até a PNAD de 2001, por exemplo, eram consideradas “prestação de serviços” (do tipo “serviços de reparação e manutenção de veículos automotores”), passando a ser enquadradas, a partir da PNAD de 2002, como “comércio e reparação” (do tipo “comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis”). Logo, a opção seguida se justifica haja vista a necessidade de compatibilizar e evitar minimamente as divergências trazidas pelas novas nomenclaturas de ocupação e de atividades. Já as informações de 2010 não foram contabilizadas porque não houve publicação da PNAD, haja vista a realização do Censo Demográfico pelo IBGE neste ano.

Em termos operacionais, registre-se que o procedimento empregado para verificar a ocorrência ou não de tendência estatística na evolução do número de famílias e de pessoas nas tabelas que serão apresentadas ao longo do texto é baseado em um modelo de regressão log-linear contra o tempo⁸, conforme especificação proposta por Neder (2000):

$$Y_t = \varphi e^{\theta t} \quad (1)$$

Onde:

Y_t = o valor da estimativa da PNAD para o ano t

Φ = um parâmetro a ser estimado da regressão

Θ = um parâmetro a ser estimado da regressão

E = a base dos logaritmos naturais

T = o tempo (ano da PNAD; t = 2002, 2003, ... , 2009)

Uma vez que esse modelo é não-linear, para transformá-lo em um modelo de regressão linear, aplica-se o logaritmo natural nos dois lados da expressão, obtendo-se o seguinte modelo log-linear:

$$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t \text{ ou } Y'_t = \varphi' + \theta t \quad (2)$$

Em que:

$\ln Y_t = Y'_t$

$\ln \varphi = \varphi'$

θ = estimativa do coeficiente de regressão

Como resultado do método delineado, a taxa de crescimento média *ao ano* estimada para o período em análise – ou seja, não apenas em um ponto do tempo – foi igual a:

$$[(e^{\theta} - 1) \times 100] \quad (3)$$

⁸ O modelo de regressão log-linear, de acordo com Neder (2000), é utilizado para a determinação de taxas de crescimento *ao longo do tempo* e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal, de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar à subestimação ou superestimação da taxa de crescimento. Para obter maiores detalhes sobre a referida técnica estatística, com exemplos empíricos, ver: Gujarati (2006) e Hoffmann (2000).

Por fim, utilizou-se o teste t para averiguar a significância do parâmetro θ , uma vez que pode ocorrer que o teste t para a hipótese de que $\theta = 0$ não seja significativo, o que implica em que, nesse caso ($\theta = 0$ ou $e^0 = 1$), ao nível de significância adotado, deve-se concluir que os dados não permitem rejeitar a hipótese de que Y_t e não tem tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada. Ocorrendo $\theta > 0$ ou $\theta < 0$, pode-se falar, então, em tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada (HOFFMANN, 2000).

A partir desses procedimentos metodológicos, apresentados brevemente aqui, é que foi elaborada a base de dados que balizará a investigação proposta. Tais dados permitem visitar o “novo” rural potiguar e verificar as tendências e as características ocupacionais da população residente neste espaço geográfico particular. É o que se procurará mostrar na próxima seção.

Resultados e discussão

O Rio Grande do Norte é um dos nove estados que compõem o território nordestino e está localizado na “esquina” do mapa do Brasil. Em termos políticos-administrativos, é dividido em 167 municípios, sendo a grande maioria localizada na área de abrangência do semiárido brasileiro. De forma semelhante ao restante do país, os dados dos Censos Demográficos realizados pelos IBGE nos anos de 1940 a 2000 mostram uma tendência à urbanização em todas as microrregiões potiguares (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2006). No entanto, no período recente nota-se um arrefecimento do processo de migração rural-urbano e uma recuperação do número de famílias vivendo no campo.

Para ilustrar a afirmação anterior, a Tabela 1 apresenta a distribuição absoluta e relativa dos distintos tipos de famílias do RN segundo seu local de domicílio, urbano e rural. Pode-se observar que, no período analisado, em média 25,6% da totalidade das famílias ainda residem nas áreas rurais desse estado. Ademais, ao contrário da tendência nacional

apontada por Maia e Buainain (2015), não há sinais evidentes de que estaria se configurando no campo potiguar uma situação de esvaziamento demográfico, mas, sim, de um persistente movimento de crescimento do número de residentes. Com efeito, se no início do presente século 180 mil famílias viviam nas áreas rurais norte-rio-grandenses, menos de uma década depois esse número tinha se elevado para 246 mil famílias, representando uma taxa de crescimento de 36,7%.

É importante registrar que a estabilização relativa e o crescimento do número de famílias residentes no meio rural do RN não se deve a nenhuma expansão extraordinária do emprego agrícola, assalariado ou informal. Na verdade, como havia previsto Gomes da Silva (2000), a dinâmica demográfica do rural potiguar se tornou mais complexa e não pode mais ser explicada apenas pelos ciclos das safras de grãos das lavouras temporárias de sequeiro, pela expansão da agricultura irrigada e/ou pelo movimento da atividade criatória, seja nos anos de seca, seja nos anos de invernos regulares.

Tabela 1 – Evolução e participação percentual das famílias extensas urbanas e rurais no Rio Grande do Norte, 2002 a 2009 (1000 famílias)

Anos	N. Famílias (A)	Urbanas (B)	% (B/A)	Rurais (C)	% (C/A)
2002	754	574	76,1	180	23,9
2003	780	583	74,7	197	25,3
2004	789	590	74,7	200	25,3
2005	821	606	73,8	215	26,2
2006	850	631	74,2	219	25,8
2007	859	637	74,2	221	25,8
2008	901	665	73,8	236	26,2
2009	936	691	73,8	246	26,2

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Objetivando esclarecer de forma mais precisa o fenômeno social abordado, a Tabela 2 busca mostrar alguns traços característicos da heterogeneidade dos tipos de famílias residentes no meio rural estadual em 2009. Do ponto de vista do total dos residentes rurais, pode-se perceber, na última coluna, que apenas 24,0% do total corresponde às famílias exclusivamente agrícolas de empregadores, contas-próprias e de

empregados. Nesse mesmo sentido, o percentual de famílias de contas-próprias rurais estritamente agrícolas (11,5%) é praticamente igual ao de famílias de empregados rurais agrícolas (11,7%). Nota-se, contudo, uma forte presença de famílias não agrícolas residindo nas áreas rurais em análise, particularmente de contas-próprias (14,5%) e de empregados (29,7%). As famílias de não ocupados atingem o percentual de 21,2% do total geral de residentes rurais.

Tabela 2 – Distribuição dos tipos de famílias extensas rurais no Rio Grande do Norte, 2009 (1000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	Rural	%
Empregador	6	2,4
Agrícola	2	0,8
Pluriativo	2	0,8
Não-agrícola	2	0,8
Conta Própria	82	33,5
Agrícola	28	11,5
Pluriativo	18	7,5
Não-agrícola	36	14,5
Empregados	105	42,8
Agrícola	29	11,7
Pluriativo	3	1,4
Não-agrícola	73	29,7
Não Ocupados	52	21,2
TOTAL	246	100,0

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

No tocante à evolução dos diferentes tipos de famílias rurais residentes no território potiguar, ao longo da série de anos analisada, 2002 a 2009, pode-se observar na Tabela 3 um crescimento significativo⁹ do total dessas famílias (média de 4,1%a.a.). É interessante destacar também que a referida tabela indica que esse crescimento expressivo e significativo do total de famílias rurais se deve, particularmente, ao aumento também expressivo e significativo das famílias de contas-próprias *não agrícolas* (11,6%a.a.), de empregados não agrícolas (8,3%a.a.) e de não ocupados

⁹ O qualificativo *significativo* concerne ao teste estatístico feito para verificar se a evolução dos dados (número de famílias) apresenta alguma tendência de crescimento ou de queda. Dessa forma, sempre que for usado doravante esse qualificativo (representado pelos asteriscos que acompanham algumas taxas nas Tabelas) a intenção será a de mostrar que os dados apresentam uma certa tendência estatística, de modo que nos casos em que as taxas de crescimento das Tabelas não estiverem acompanhadas de asteriscos significará que as mesmas não são estatisticamente significativas e, portanto, não representam nenhuma tendência, o que poderá ser traduzido, por conseguinte, como uma estabilidade na evolução dos dados.

(6,7%a.a.). Em sentido oposto a essas trajetórias de crescimento, a agricultura familiar permaneceu estável, sem registrar nenhuma tendência estatística, e as famílias de empregados agrícolas e pluriativas registraram tendência de queda, 4,5%a.a. e 8,3%a.a, respectivamente.

Essas primeiras informações revelam que não somente há uma expressiva presença de famílias não agrícolas (tanto de contas-próprias como de empregados) e de não ocupados nas áreas rurais potiguares, mas que também são majoritariamente esses tipos familiares que experimentam tendência de crescimento em sentido estatístico.

Tabela 3 – Evolução dos tipos de famílias extensas residentes nas áreas rurais do Rio Grande do Norte, 2002 a 2009 (1000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Tx cresc. (% a.a.) 2002/2009*
Empregadora Total	3	6	7	6	6	9	8	6	8,6 *
Agrícola	1	1	3	3	1	1	0	2	-
Pluriativo	1	1	2	1	1	4	4	2	-
Não-agrícola	0	3	2	3	4	4	3	2	-
Conta-Própria	54	77	75	74	79	72	91	82	4,5 ***
Agrícola	24	32	36	28	35	24	29	28	-0,2
Pluriativo	15	24	18	20	22	18	27	18	2,6
Não-agrícola	15	21	21	26	23	30	34	36	11,6 ***
Empregados	89	83	82	98	96	96	92	105	2,7 ***
Agrícola	35	35	27	32	35	32	19	29	-4,5 *
Pluriativo	12	8	7	9	6	10	9	3	-8,3 *
Não-agrícola	41	40	48	57	56	54	64	73	8,3 ***
Não-ocupado na semana	34	31	35	37	38	44	45	52	6,7 ***
TOTAL	180	197	200	215	219	221	236	246	4,1 ***

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

Analisando de uma forma mais detalhada os aspectos mencionados, a Tabela 4 possibilita verificar que há uma tendência estatística de aumento da participação das famílias rurais sem nenhum vínculo diretamente produtivo com a agricultura no total das famílias rurais analisadas. Observe-se que as famílias agrícolas são as que perdem participação, enquanto as pluriativas mantêm-se estáveis (em sentido estatístico).

A Tabela 4 mostra também que, em 2002, as famílias rurais *não agrícolas* correspondiam a 31,4% do total de famílias rurais, atingindo, em 2009, 45,0% de participação nesse total. Somando o número de

famílias não agrícolas com o número de famílias de não ocupados, esses percentuais se elevam para 50,5%, em 2002, e 66,3%, em 2009. Além de exibirem maior participação relativa no universo de famílias rurais, esses dois tipos de famílias foram os únicos que registraram taxas positivas de crescimento, ou seja, estatisticamente significativas (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Participação relativa dos tipos de famílias rurais na estrutura ocupacional do campo no Rio Grande do Norte, 2002 a 2009 (Em %).

TIPOS DE FAMÍLIAS	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	Tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
GRUPO A									
Agrícola	33,6	34,7	33,0	29,3	32,2	25,8	20,7	24,0	-6,4 ***
Pluriativo	15,8	17,0	13,4	13,7	13,1	14,6	17,2	9,7	-3,7
Agrícola + Pluriativo	49,5	51,7	46,4	42,9	45,3	40,4	37,9	33,7	-5,3 ***
Não Agrícola	31,4	32,5	36,1	39,8	37,4	39,7	43,0	45,1	5,1 ***
Não Agrícola + Pluriativo	47,3	49,5	49,5	53,5	50,5	54,3	60,2	54,8	2,7 ***
GRUPO B									
Não Agrícola + Pluriativo + Não Ocupado	66,4	65,3	67,0	70,7	67,8	74,2	79,3	76,0	2,6 ***
Não Agrícola + Não Ocupado	50,5	48,3	53,6	57,1	54,7	59,6	62,1	66,3	4,2 ***
Não Ocupados	19,1	15,8	17,5	17,3	19,9	19,1	21,2	21,2	2,5 **

Fonte: Tabela 3.

Legenda: Grupo A: Famílias Empregadoras + Contas-Próprias + Empregadas; Grupo B: Famílias Empregadoras + Contas-Próprias + Empregadas + Não Ocupados.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

Os dados expostos na Tabela 5, por sua vez, reforçam o que foi comentado anteriormente. Pode-se constatar nessa tabela que a PEA rural agrícola apresenta uma tendência de redução, particularmente por causa dos empregados sem carteira e dos não remunerados. Os empregados com carteira, os contas-próprias e os empregadores mantiveram-se sem tendência de crescimento.

Diferentemente da PEA rural agrícola, a PEA rural *não agrícola*, além de já estar nos últimos anos da série de tempo em quantidades maiores do que a PEA rural *agrícola*, exibiu ainda forte crescimento (8,4%a.a.) no período analisado, com maior destaque para os empregados com carteira (12,6%a.a.). Observa-se ainda um forte crescimento da população rural desempregada (12,2%a.a.). Já a categoria dos inativos “com” e “sem” aposentadoria/pensão também experimentaram taxas positivas de crescimento (4,9%a.a. e 2,4%a.a., respectivamente).

Tais evidências demonstram o quanto o meio rural do RN é caracterizado por uma realidade econômica e social bem mais ampla do que os limites da economia e sociabilidade agropecuária. A implicação disso para as políticas públicas de desenvolvimento rural é significativa, tendo em vista que a realidade descortinada por esses números revela a amplitude e variedade de demandas econômicas, sociais e de infraestrutura, do e para o campo potiguar, que extrapolam os limites do “mundo agrícola”.¹⁰

Tabela 5 – Evolução da população rural com 10 anos ou mais de idade, ocupada (PEA restrita*) e não ocupada, segundo o ramo de atividade e a posição na ocupação no Rio Grande do Norte, 2002 a 2009 (1.000 pessoas).

POPULAÇÃO OCUPADA E NÃO OCUPADA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
PEA Agrícola	139	170	155	137	171	132	127	123	-3,0 *
Empregados	62	62	45	51	60	54	45	46	-3,5 **
Empregado com carteira	4	8	5	8	8	7	7	7	4,8
Empregado sem carteira	58	54	41	43	52	48	39	39	-4,4 ***
Contas-Próprias	37	51	58	49	56	43	54	49	1,7
Empregadores	3	2	5	3	2	4	3	4	-
Não-remunerados	37	54	47	33	53	30	25	24	-8,6 **
PEA Não-Agrícola	112	132	138	159	159	170	202	199	8,4 ***
Empregados	61	59	74	87	78	86	105	111	9,3 ***
Empregado com carteira	24	32	39	45	41	46	62	60	12,6 ***
Empregado sem carteira	36	26	35	42	37	40	43	52	6,3 ***
Militar (empregado)	0	1	1	0	1	0	0	0	-
Funcionário Público Estatutário	10	15	11	14	17	14	10	14	1,5
Empregado Doméstico	15	15	14	15	19	17	24	23	7,5 ***
Contas-Próprias	23	35	32	34	35	43	52	44	9,5 ***
Empregadores	0	4	2	4	5	5	5	2	-
Não-remunerados	3	3	3	5	5	5	6	3	-
Não Ocupados	333	337	329	384	370	396	401	414	3,5 ***
PEA não ocupada (desempregada)	13	26	16	36	27	33	29	38	12,2 ***
Inativos com aposentadoria/pensão	71	61	68	80	80	77	86	93	4,9 ***
10 a 29 anos de idade	5	3	0	1	1	2	3	2	-
30 a 49 anos de idade	4	4	3	5	4	5	5	6	-
50 a 64 anos de idade	24	21	22	24	25	23	25	32	3,8 ***
65 anos de idade e mais	38	33	42	49	49	47	54	53	6,2 ***
Inativos sem aposentadoria/pensão	249	250	245	269	263	286	286	283	2,4 ***
10 a 29 anos de idade	177	175	170	184	179	204	205	188	2,1 ***
30 a 49 anos de idade	52	59	59	62	61	62	58	64	1,8 **
50 a 64 anos de idade	19	14	14	19	18	18	18	26	5,5 **
65 anos de idade e mais	1	3	2	3	4	2	4	4	-
TOTAL	584	639	622	680	701	698	730	736	3,2 ***

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

(*) **PEA restrita**: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas ao autoconsumo e à autoconstrução, na semana de referência da PNAD.

Nota: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de seis observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

De forma complementar, a Tabela 6 registra a evolução dos distintos ramos de atividade agrícola e não agrícola em que se ocupa a PEA

¹⁰ Essas constatações reiteram os resultados dos vários estudos realizados e divulgados pelo Projeto Rurbano, assim como as conclusões de pesquisas recentes sobre o tema (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000, 2004; LAURENTI; PELLINI; TELLES, 2015; NASCIMENTO; AQUINO, 2010).

rural potiguar. Em relação à PEA agrícola, observa-se que apenas o cultivo de milho registrou crescimento significativo na ocupação. Os demais, ou ficaram estabilizados (em sentido estatístico) ou em queda. No caso da PEA não agrícola, é que se verifica vários casos de taxas de crescimento significativas, expressando a forte tendência e a heterogeneidade de formas de ocupação da população rural potiguar nessas atividades.

A proliferação de ocupações não agrícolas, de maneira particular, tem sido possível graças a um conjunto de fatores. Por um lado, a ampliação das transferências sociais de renda e dos programas habitacionais do governo federal no período analisado tem possibilitado a expansão e a estabilização de uma série de atividades ligadas à indústria da construção e ao setor de comércio e serviços nos espaços rurais, e, especialmente, nos perímetros urbanos. Por outro lado, a melhoria nas vias de acesso e nos meios de transporte, particularmente o crescimento expressivo do número de motocicletas, possibilita o deslocamento diário de trabalhadores até as sedes dos municípios, mantendo, assim, sua moradia rural.

Tabela 6 – Distribuição e evolução da população rural (PEA restrita*) ocupada segundo o ramo de atividade no Rio Grande do Norte, 2002 a 2009 (1.000 pessoas).

POPULAÇÃO OCUPADA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Tx cresc. (% aa.) 2002/2009*
Agrícola	139	170	155	137	171	132	127	123	-3,0 *
Cultivo de milho	10	6	4	7	6	13	12	15	12,2 *
Cultivo de mandioca	27	11	28	21	12	21	19	14	-3,8
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	28	36	43	34	56	29	22	26	-4,0
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	16	32	21	18	43	5	16	15	-8,1
Criação de bovinos	22	21	24	19	15	19	21	13	-5,3 **
Pesca e serviços relacionados	14	17	19	14	11	15	14	15	-1,7
Outras atividades	22	46	17	23	28	30	22	24	-1,2
Não Agrícola	112	132	138	159	159	170	202	199	8,4 ***
Indústria	2	6	3	5	3	4	7	5	-
Indústria transformação	24	20	25	28	23	29	38	38	8,1 ***
Ind. construção	13	15	17	22	22	17	28	27	10,3 ***
comércio e reparação	20	27	32	36	31	40	45	41	10,4 ***
Alojamento e alim.	2	8	7	6	9	7	10	12	15,3 ***
Transporte, armazenagem e comunicação	4	4	5	8	8	9	8	11	15,2 ***
Administração pública	8	9	10	7	12	9	7	9	0,2
Educação, saúde e serviços sociais	17	17	16	17	20	20	17	19	2,2 *
Serviços domésticos	15	15	14	15	19	17	24	23	7,5 ***
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4	7	4	7	7	6	10	7	7,5 **
Outras atividades	1	3	4	5	6	11	7	6	-
Atividades mal definidas ou não declaradas	0	0	0	2	0	0	0	0	-
TOTAL	251	302	293	296	331	302	329	322	2,9 ***

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

(*) **PEA restrita**: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas ao autoconsumo e à autoconstrução, na semana de referência da PNAD.

Nota: Os dois traços (-) significam os casos de ocupados em ramos de atividade com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

A heterogeneidade das formas de ocupação, como já era de se esperar, vai se refletir diretamente na composição dos rendimentos das famílias rurais do RN. Com efeito, observa-se na Tabela 7 que em todas as categorias de famílias estudadas, as rendas não agrícolas assumem um papel de grande importância. Ademais, merece destaque o fato de que as menores rendas médias são obtidas pelas famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas.

Ainda na tabela em foco, percebe-se, no entanto, que nem toda a renda das famílias residentes nas áreas rurais norte-rio-grandenses é proveniente de atividades produtivas. Na verdade, após a falência da cultura algodoeira nos anos 1980, boa parte do rendimento das famílias do campo advém das transferências de renda do governo federal, com especial destaque para a Previdência Rural cujo piso dos benefícios é vinculado ao salário mínimo. Tais recursos, somados aos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), além de proteger as famílias pobres das intempéries climáticas que assolam periodicamente as atividades agropecuárias do semiárido¹¹, garantem uma massa regular de renda que aquece a economia urbana dos pequenos municípios e mantém estabilizada a oferta de empregos no setor de comércio e serviços, mesmo nos períodos de estiagens mais intensas.

¹¹ Para uma análise sobre o papel desempenhado pelas transferências públicas de renda na reprodução econômica dos agricultores familiares do RN, ver o trabalho recente de Aquino e Lacerda (2014) publicado no número especial da Revista da SOBER dedicado ao Ano Internacional da Agricultura Familiar. Além deste, consultar os seguintes estudos elaborados a partir de pesquisas de campo em diferentes áreas do estado: Aquino e Souza (2007), Gomes da Silva, Carvalho e Lima (2004), Nunes et al. (2006) e Silva e Gomes da Silva (2007).

Tabela 7 – Composição da renda média familiar rural segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho (agrícola e não agrícola) e do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes) no Rio Grande do Norte, 2009.

TIPOS DE FAMÍLIAS		AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	APOSENTADO/PENSIONISTA	OUTRAS FONTES	RENDA MÉDIA R\$
		%	%	%	%	
Empregadora		29,5	53,7	10,5	6,4	2.951,90
	Agrícola	69,9	0,0	30,1	0,0	1.931,76
	Pluriativo	62,5	20,3	11,5	5,8	2.016,89
	Não-agrícola	0,0	88,5	2,4	9,1	4.906,04
Conta-Própria		18,2	44,7	24,7	12,4	917,61
	Agrícola	45,6	0,0	43,1	11,3	612,53
	Pluriativo	34,4	29,6	25,9	10,1	921,84
	Não-agrícola	0,0	69,6	16,5	13,8	1.157,02
Empregados		12,9	62,9	16,5	7,7	938,31
	Agrícola	56,6	0,0	32,4	11,0	704,40
	Pluriativo	39,7	39,3	7,2	13,9	927,98
	Não-agrícola	0,0	80,8	12,6	6,6	1.031,09
Não-ocupado		0,0	0,0	85,8	14,2	550,66

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Portanto, seja do ponto de vista da ocupação ou da renda, não é mais possível associar o meio rural do RN à agricultura nem mesmo nos anos de invernos acima da média, como foi o caso de 2009. Isso porque, como previu Gomes da Silva (2000), além de um lugar de trabalho o rural se converteu em um local de moradia de uma população não agrícola e de desocupados, especialmente aposentados. Esse “novo” rural potiguar, longe de se resumir apenas a um fenômeno passageiro, representa a materialização concreta de uma mudança estrutural na pirâmide ocupacional norte-rio-grandense, ensejando a necessidade de perspectivas analíticas multidimensionais e de políticas públicas integradas que extrapolem as visões setoriais da vida social. Dessa forma, a salvação do campo potiguar não passa necessariamente pela liberação de crédito de custeio e investimento para fomentar as atividades agropecuárias. Por sua vez, é perfeitamente normal que um dos principais pontos da pauta de reivindicações da 11ª Jornada Estadual de Luta dos Agricultores Familiares, organizada pela FE'TRAF-RN, em março de 2015, tenha sido a demanda por habitação rural, conforme noticiado na imprensa estadual.¹²

¹² TRIBUNA DO NORTE. *Governo promete atender pleito dos agricultores*. Natal, 3 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/governo-promete-atender-pleitos-dos-agricultores/308246>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar os diferentes tipos de ocupação e renda da população residente nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Norte na primeira década do século XXI. Contatou-se, a partir das informações extraídas do processamento dos microdados da PNAD/IBGE, que o número de famílias residentes no meio rural potiguar está aumentando, porém o número de famílias exclusivamente agrícolas vem diminuindo.

O trabalho demonstra ainda que o meio rural norte-rio-grandense se converteu em um local de moradia, deixando de ser apenas um local de trabalho na agropecuária. Ou seja, o “novo” espaço rural potiguar mantém fortes vínculos com dinâmicas de ocupação e renda ligadas a atividades não agrícolas e/ou outras fontes de rendas não advindas do trabalho, a exemplo das aposentadorias rurais e dos programas sociais de transferência de renda.

Note-se que o fenômeno retratado pelas estatísticas oficiais não é recente. Ele assume relevo a partir dos anos 1990, com o enfraquecimento da agropecuária tradicional, e ganha contornos mais significativos com o surgimento de novas atividades agrícolas e não agrícolas no campo e também devido ao fortalecimento da rede urbana dos pequenos e médios municípios que formam a maior parte do tecido social do estado. O desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente a democratização do acesso a motocicletas, reduz a dicotomia campo-cidade, incrementando a inserção de trabalhadores com residência rural em atividades ligadas à indústria e, principalmente, no setor de comércio e serviços que constitui a base da economia norte-rio-grandense.

Nesse sentido, apesar de muitos analistas ignorarem ou buscarem desqualificar tais argumentos, a nova configuração da pirâmide ocupacional do campo potiguar se apresenta como uma realidade irreversível. Como foi demonstrado ao longo do texto, as evidências da diversidade de ocupações existentes torna as pesquisas focadas apenas no emprego agrícola incompletas e até mesmo equivocadas. Além disso,

como a década de 2000 foi de invernos regulares, é possível afirmar que as mudanças verificadas não são conjunturais, mas assumem um caráter permanente e dinâmico.

Essas constatações gerais, naturalmente, ensejam muitos desafios para as políticas públicas de apoio às populações rurais e para os pesquisadores interessados no tema. As ações governamentais precisam fomentar as atividades agropecuárias, via reforma agrária, políticas de crédito, assistência técnica, entre outras. Mas essas medidas setoriais, embora importantes, não são suficientes. Paralelamente a elas, é fundamental investir na ampliação da oferta de habitação, saneamento básico, educação, saúde, segurança, lazer e outros bens públicos essenciais, uma vez que, apesar dos avanços recentes, o meio rural ainda registra indicadores sociais inferiores às áreas urbanas do RN.

Em termos acadêmicos, se faz necessário avançar na compreensão do processo social observado a fim de complementar os resultados apresentados. Para tanto, análises mais detalhadas a partir do Censo Demográfico 2010 podem contribuir para identificar aspectos que os dados da PNAD não permitem observar em nível municipal e microrregional. Por seu turno, através do estudo das PNADs mais recentes pode-se verificar o comportamento das variáveis trabalhadas durante o extenso período de seca que tem atingido o estado nos últimos anos (2012 a 2015). Adicionalmente, pesquisas de campo elaboradas a partir da metodologia adotada poderão clarear especificidades regionais marcantes muitas vezes imperceptíveis quando se utiliza apenas estatísticas agregadas.

Referências

ALBANO, G. P. Globalização da agricultura no Rio Grande do Norte. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. (Org.). *Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 2013. p. 155-189. v. 1.

_____. Trabalho assalariado agrícola no RN. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. (Org.). *Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: CCHLA/UFRN, 2015. p. 175-218. v. 2.

AQUINO, J. R.; SOUZA, R. C. Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007. p. 1-18 (CD-ROM).

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.

AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. 2013.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. 4 v.

_____; _____. (Ed.). *O novo rural brasileiro*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2004. 3 v.

COUTO FILHO, V. A. Os “novos rurais” baianos. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. p. 97-137.

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995*. 1999. 221 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ESCHER, F. et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.

FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A.; ROCHA, A. P. B. *Atlas Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2006.

FELIPE, J. L. A.; ROCHA, A. P. B.; CARVALHO, E. A. de. *Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico*. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2009.

GOMES DA SILVA, A. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. p. 13-44.

GOMES DA SILVA, A.; CARVALHO, A. C. A. T.; LIMA, J. R. F. Composição e distribuição da renda das famílias rurais na região do pólo fruticultor do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais*. Brasília/DF: EMBRAPA, 2004. p. 113-158.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

HOFFMANN, R. Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 137-155.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/SIDRA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): 2001 a 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LAURENTI, A. C.; PELLINI, T.; TELLES, T. S. Evolução da ocupação e do rendimento das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba/SP, v. 53, n. 2, p. 321-342, abr./jun. 2015.

LIMA, J. R. F.; NEDER, H. D. Efeitos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a pobreza e a desigualdade rural na região

- Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-16 (CD-ROM).
- LOCATEL, C. D. *Densidade e rarefação da urbanização no Rio Grande do Norte - Brasil: o rural e o urbano como conteúdo do espaço*. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2013, Lima/Peru. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Lima: EGAL, 2013. v. 1. p. 1-17.
- MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 25, p. 1-26, 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10548>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, out./dez. 2007.
- NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: BNB, 2008.
- _____. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009.
- NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R. Ocupação e renda das famílias rurais do Rio Grande do Norte no início do século XXI (2002-2008). *Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, v. 3, n. 8, p. 7-27, maio/ago. 2010.
- NEDER, H. D. A Utilização estatística das informações das PNADs: testes de hipóteses e reamostragem. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 101-136.
- NEVES, J. A.; MELO, S. B.; SAMPAIO, E. V. S. B. *Análise pluviométrica do Rio Grande do Norte – período: 1963-2009*. Natal: EMPARN, 2011. (Série Documentos, n. 39).

NUNES, E. M. et al. Renda rural e desenvolvimento em áreas de intervenção estatal do Nordeste: o caso de Serra do Mel/RN. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, RS, v. 14, n. 27, p. 126-144, nov. 2006.

PEREIRA JR., M.; MATOS FILHO, J. Desenvolvimento endógeno e reestruturação produtiva nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-19 (CD-ROM).

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, S. A. F.; GOMES DA SILVA, A. Transformações sociais no campo: pluriatividade no assentamento Brinco de Ouro/RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007. p. 1-20 (CD-ROM).

Recebido em junho de 2016.

Aprovado em agosto de 2016.